

resenha bibliográfica*

book review

Reginaldo Teixeira Perez**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

NASAR, Sylvia. *A imaginação econômica: gênios que criaram a Economia Moderna e mudaram a História*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 577 p.

A alternância entre a prosperidade e a quebraadeira é a forma que o desenvolvimento econômico assume na era do capitalismo. (SCHUMPETER, 1961: 215, apud NASAR, 2012: 285).

À Ciência Econômica deve ser creditado papel decisivo no equacionamento e na solução dos problemas materiais da humanidade nos últimos dois séculos. Essa é, em suma, a tese central de *A imaginação econômica: gênios que criaram a Economia Moderna e mudaram a História*, de Sylvia Nasar. Dois eixos temáticos destacam-se no entrecho produzido pela historiadora econômica de origem alemã, mas radicada há muito nos Estados Unidos: o primeiro reconhece na dinâmica propiciada pelo mercado um fator importante ao desenvolvimento econômico; o segundo envolve a secular controvérsia entre os profissionais da Economia sobre o quanto de intervenção do poder público é recomendável tendo-se em vista boas taxas de crescimento.

* Submetido: 6 de novembro de 2013; aceito: 12 de dezembro de 2013.

** Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Doutor em Ciência Política pela UCAM/IUPERJ.

Adote-se a prudência ao se denunciar Nasar como uma ideóloga do modelo de produção capitalista. Mobilizando vasta erudição, a autora tece seus argumentos *sine ira et studium*, e pode ser situada naquele restrito clube de intelectuais que concilia biografias, fatos históricos e reflexões sobre o mundo, mormente, sobre a sua dimensão substantiva. À semelhança de Wilson (1986), a escritora parte de pequenos episódios (ou, em alguns casos, mais do que isso) da vida das figuras apreciadas na obra e identifica alguns dos motivos as suas (importantes) operações intelectuais, traçando, ao final, uma esclarecedora conexão entre limites contextuais e avanços cognitivos. Trata-se de uma história das ideias econômicas que possui o condão de iluminar o tempo contemporâneo.

Nos 18 capítulos que compõem *A imaginação econômica* – aos quais devem-sesomar três prólogos e o epílogo –, Nasar nomeia menos de duas dezenas de pensadores merecedores de distinção na área. Entretanto, mais do que associar figuras particulares a detalhes (ou mesmo ao todo) de suas formulações, o que a escritora escancara são provas fartas de que as operações mentais dos economistas de escol podem ser resumidas, *grosso modo*, a duas perspectivas ideológicas francamente hegemônicas: quanto à primeira, poder-se-ia definir como fatora do intervencionismo público (de corte keynesiano); a segunda, crítica àquele instituto, seria caracterizada por sua moldura liberal. Nesse sentido, sugere a autora, não teria havido avanços na Ciência Econômica há cinco décadas¹; não obstante possuam ampliadas variações, as teias argumentativas contemporâneas, incluindo os seus mais ou menos sofisticados modelos, ainda responderiam àquelas orientações valorativas.

Nasar inicia a sua obra retratando o ambiente europeu – notadamente, da sua classe trabalhadora – no decorrer dos primeiros decênios da Revolução Industrial. Para tanto, recupera a obra de Charles Dickens (com a sua ênfase nas condições sociais dos pobres ingleses) e o dilema oferecido pelo demógrafo e economista Thomas Malthus (1766-1834): o aumento da população era significativamente maior do que a produção de alimentos. Ao revés, um diagnóstico feito pelo economista inglês Alfred Marshal (1842-1924) sobre a dinamização das forças produtivas

¹ A esse respeito, um comentador da obra foi irônico: “ouvindo os debates econômicos nos dois últimos anos, é tentador concluir que nenhum progresso tem sido feito no campo em mais de meio século”. (FOX, 2011).

no decorrer do século XIX é que desmontará a bomba de efeito retardado denunciada por Malthus: a produtividade estava aumentando – e as consequências já se observavam no plano social: alguns trabalhadores – ou melhor, alguns tipos de trabalhadores – já percebiam melhores salários por força de uma melhor capacitação (educação). Tratava-se, aqui, de uma intervenção racional sobre “o árido território dos fatos”, e uma das primeiras tentativas (com pleno êxito) de situar a Economia em um “patamar científico mais consistente” (NASAR, 2012: 107).

É de se notar que, curiosamente, Nasar arbitra a aurora do século XIX como o momento em que a Economia inicia o seu suplício por um estatuto científico. Com efeito, se tomarmos a Ciência Econômica em sua feição *hard* – bem compreendido, uma Ciência (com “C” maiúsculo) que tem como objeto as interações entre seres humanos e as coisas a sua volta pelo sentido de escassez, parece ser aceitável a apreciação da autora. No entanto, se incorporarmos os radicais filosóficos daquela disciplina, talvez devêssemos alcançar o século XVII, na Inglaterra, e considerar os seus gigantes Thomas Hobbes e John Locke, respectivamente, com as suas teorias da miséria existencial e da ordem social constitutivamente precária, como seus mais legítimos precursores. Ademais, não parece ser forçoso reconhecer nas ideias de pensadores escoceses e/ou ingleses do século posterior (XVIII), tais como David Ricardo e Adam Smith, sejam filósofos e/ou moralistas, incrementos teóricos dotados de riqueza suficiente ao robustecimento daquela que viria a ser conhecida como a ciência do mundo material².

No capítulo 1 de sua obra, Nasar examina as ideias de Karl Marx (1818–1883), bem como as de seu associado Engels, e as critica incisivamente. Elementar: segundo a autora, as teorizações do pensador alemão estavam erradas. Similarmente a outras críticas feitas a Marx a partir de quadros ideológicos exógenos ao campo da esquerda (SCHUMPETER, 1961; OLSON, 1968; ARON, 1987) – e também de parte das esquerdas (BERNSTEIN, 1899, apud BON, 1993) –, o intelectual alemão teria cometido um grave engano de avaliação: as tensões materiais observadas no modelo de mercado (as chamadas “contradições do modo de produção capitalista”) não conduziriam “necessariamente” a uma ruptura sistêmica, implicando em “revoluções”, mas seriam suportadas pela

² Ver, por todos, Carneiro (1997).

própria animação ínsita ao processo. Em síntese: o incremento da riqueza da sociedade europeia naquela época encontrava-se, *de alguma forma*, sob distribuição. Definitivamente, no *approach* adotado por Nasar, a *persona* intelectual de Marx não figura entre as mais sobrelevadas³.

O esforço dos economistas para fazer de seu mister uma atividade respeitável cientificamente foi diuturna. Personificando exemplarmente o “economista contemporâneo”, o inglês Alfred Marshal – apresentado no capítulo 2 da obra em comento – observou a pobreza sob uma nova perspectiva, vinculando-a à “baixa produtividade”. Relevando a educação e a competição, o pensador inglês mitigou o peso da “natureza das coisas” na definição da vida social e ampliou os caminhos à sua racionalização. Nessa mesma linha, é retratada, no capítulo 3, Beatrice Webb (1858-1943), que, subvertendo os padrões limitadores de gênero à época, produziu uma obra original, em que as informações retiradas do mundo empírico têm papel terminante nas formulações de (inovadoras) políticas para a área social. Reconhecendo que “problemas sociais têm origem econômica”, Webb estabelece sólidos fundamentos para o que viria a ser chamado depois de “Estado de bem-estar” (“*welfare-state*”)⁴. Não menos importante foi a percepção da autora inglesa sobre o novo papel dos tecnólogos do mundo material no ambiente democrático: premidas pela competição, as elites políticas passaram a vislumbrar naqueles uma fonte de ideias para os seus programas de governo – e talvez mais ainda para os seus projetos eleitorais. Definitivamente, as intersecções entre a política e a economia se consolidavam.

Não obstante os EUA não tivessem alcançado, ainda, a soberba simbólica do grande império inglês na virada do século XIX para o XX, já rivalizavam com ele no que concerne ao crescimento material. Personificando no plano reflexivo esse vertiginoso crescimento, destaca-se o primeiro “grande economista americano” – Irving Fisher (1867-1947). Contemplado no capítulo 4 da obra de Nasar, Fisher auxiliará catego-

³ É evidente que nem todos concordam com a avaliação de Nasar: “O alcance das questões abordadas por Marx, visível na sua atualidade, torna indiscutível sua relevância como teórico do capitalismo, o que lhe reserva um lugar inquestionável entre os clássicos da economia” (2012: 9).

⁴ Veja-se que o Plano Beveridge, de 1942, referência a toda estrutura de assistência produzida no Ocidente do pós-Segunda Guerra Mundial, inspirou-se, também, nas ideias de Webb.

ricamente os seus pares ingleses na consolidação da linguagem da Economia⁵. De um lado, terá importante papel no lançamento das bases da Sociologia da academia americana; de outro, fez uso massivo da matemática no tratamento dos objetos afeitos ao mercado, documentando a então recente profusão das “ciências técnicas” em substituição às Artes e às Letras. À semelhança de Beatrice Webb, o economista americano irá problematizar alguns dos postulados da Economia Clássica, até então francamente hegemônicos. Precedida por dados fidedignos e por elaborados exercícios de racionalidade, a tese da defesa da intervenção pública – seja porque responsiva às demandas sociais, seja porque utilitária à retórica política e eleitoral – adquiriria crescente credibilidade nos meios acadêmicos e políticos.

Acompanhem-se os próprios termos de Nasar, em uma síntese de sua exposição que abarca 60 anos de pensamento econômico:

Charles Dickens, Henry Mayhew e Karl Marx descreveram um mundo no qual as condições materiais que haviam condenado o homem à pobreza desde tempos imemoriais tornavam-se menos fixas e mais maleáveis. Em 1848, Karl Marx mostrou como a competição levou a produzir mais com os mesmos recursos, argumentando, porém, que não havia de modo algum meios de converter os aumentos da produção em salários maiores e em melhor padrão de vida.

Então, na década de 1880, Alfred Marshal descobriu que um mecanismo de competição inteligente encorajava os proprietários de negócios a introduzir melhorias constantes na produtividade, que se acumulavam ao longo do tempo e, simultaneamente, os obrigavam a distribuir os ganhos na forma de salários mais altos ou de preços menores, também ao longo do tempo. Enquanto a produtividade determinasse os salários e os padrões de vida, as pessoas poderiam alterar as condições materiais no plano individual e coletivo, ao se tornarem mais produtivas.

Beatrice Webb inventou o Estado do bem-estar social. [...] [E] mostrou que a miséria era evitável e que, ao se proporcionar educação, saneamento básico, alimentos, atendimento médico e outras formas de assistência aos pobres, a produtividade do setor privado e dos salários aumentaria, em nível mais elevado do que o resultante da cobrança de impostos. Em outras palavras, ajudar os pobres a se tornarem mais instruídos, mais bem alimen-

⁵ Ver Sartori (1981), quando nomeia como critério de cientificidade o quão consolidada se encontra a linguagem de determinado campo de conhecimento.

tados e menos sujeitos a doenças muito provavelmente elevaria o crescimento econômico, e não o travaria.

Irving Fisher foi o primeiro a se dar conta de quão poderosamente o dinheiro afetou a economia real, e defendeu a ideia de que o governo poderia aumentar a estabilidade econômica administrando melhor o dinheiro. Ao apontar com precisão um motivo para os males aparentemente opostos da inflação e da deflação, ele identificou um instrumento em potencial – o controle da oferta do dinheiro – que o governo poderia usar para moderar ou mesmo evitar explosões inflacionárias ou depressões deflacionárias (NASAR, 2012: 189-190).

Os estudos sobre a economia forneceram alguns dos instrumentos mais importantes ao desiderato humano – potencializado a partir da modernidade – de assumir as rédeas do seu destino. Compreensível que na obra de Nasar, em face de sua particular abordagem, tenham sido privilegiados pensadores liberais, mas não se deve subestimar o caráter *interventivo*⁶ do ideário liberal. Atenta a isso, a autora inicia o seu desfile de pensadores liberais explicitando os traços dramáticos da personalidade de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) – e do quanto os percalços de sua existência intervieram em sua copiosa produção acadêmica⁷. As contribuições desse cosmopolita europeu – tanto à Economia quanto às Ciências Sociais em geral – foram notáveis. E Nasar não deixa de homenagear, de um lado, a virtuose retórica e, de outro, o apuro técnico desse autor que fabricou conceitos – e os definiu – de forma original. Um deles, o de “destruição criativa”, ilumina a figura e a conduta do empresário empreendedor – não mais visto a partir da impessoalidade do conceito de “classe” de Marx, mas aqui considerado em sua dimensão agônica. Impossível deixar de ver, nas ideias schumpeterianas, radicais teóricos paretianos⁸ – em especial, a composição dos resíduos e das derivações na sua teoria das elites.

Schumpeter encabeça quatro capítulos de *A imaginação econômica*. Só fica atrás de Keynes, que participa da titulação de cinco capítulos. A teo-

⁶ Admita-se que a tese liberal da não intervenção do poder público na atividade econômica – mesmo em sua perspectiva clássica (e assemelhados posteriores), pré-1929, portanto – jamais foi apolítica.

⁷ A título de comparação, cita-se o trabalho de Starobinski (1991), em que a produção do genebrino Rousseau é conectada a sua conturbada existência.

⁸ Vilfredo Pareto (1848-1923) não é referido por Nasar.

ria do desenvolvimento econômico elaborada por Schumpeter (1982) – processo subordinado à ação de uma individualidade muito particular, o empresário e/ou empreendedor⁹ – remanescerá como referência na Economia. Mais uma vez de modo distinto de Marx, cuja Sociologia tinha como objeto preferencial *corpora* associados por interesses (as classes), Schumpeter elege, a *la* Hobbes, o indivíduo singular como *prius* do mundo. Coerente com postulados do liberalismo econômico, para o qual liberdade de iniciativa e acumulação latente ilimitada são fatores constitutivos, o economista austríaco também se nutria do conservadorismo político – por certo, resultado da combinação de suas preferências pelo realismo como método e submissão ao pessimismo pelas circunstâncias. Daqui emerge o seu conceito de crise – ilustrado pelo teor da epígrafe desta resenha: o realismo não permite que superemos a máxima de que ela é a regra (e não a exceção). Resultado: a ordem social, nessa moldura axiológica, só pode ser representada como uma quimera.

Segundo Nasar, mais dois corifeus liberais merecem figurar na galeria dos grandes pensadores econômicos. Ludwig von Mises (1881–1973) e Friedrich Hayek (1899–1992) constituem o *mainstream* da Escola Austríaca. No que respeita ao primeiro, incorporou as críticas liberais ao “coletivismo” da Economia – crescentemente administrada pelo poder público, o que esconderia o que considerava ser uma falha cognitiva grave, a (suposta ou efetiva) “falta de informações” de um sistema centralizado. Para Mises, a miríade de informações a serem consideradas em decisões coletivas racionais exigia o respeito a sua infinitude e a sua dinâmica, só encontráveis no mercado. Hayek, o terceiro a intitular capítulos na obra de Nasar, deu sequência às teorias misesianas e as qualificou, podendo ser considerado (o que a autora não afirma), como o mais importante ideólogo liberal do século XX.

Dotado de erudição incomum, Hayek foi um intelectual cosmopolita em um tempo já marcado pela especialização. Produziu em diversas áreas – Direito, Filosofia, Economia, Ciências Sociais – e em todas foi prolífico. Suas descobertas no campo econômico, que lhe renderam um Prêmio Nobel em 1974, associam competição à descoberta (HAYEK, 1981). Não menos importante do que a sua função de cientista foi a sua

⁹ Lembre-se de Weber (1987), notadamente, em seu *Ática protestante e o espírito do capitalismo* (Cap. 2).

posição de ideólogo: Hayek ousou enfrentar o socialismo (HAYEK, 1979) e a socialdemocracia (HAYEK, 1960, 1973), em momentos em que tanto o primeiro quanto a segunda desfrutavam de significativos apoios públicos. Se fosse mais receptiva ao bordão “um grande economista jamais é somente um economista”, Nasar teria elevado ainda mais a figura de Hayek. Resguardando firmemente as trincheiras liberais em momentos difíceis para tal ideologia, esse pensador exerceu papel decisivo na formação e produção de *scholars* das principais universidades americanas do pós-II Guerra¹⁰ – destacadamente, na Universidade de Chicago.

A grande estrela de *A imaginação econômica* é John Maynard Keynes (1883-1946). Justifica-se tal destaque. Tanto técnica como politicamente, a sua obra econômica pode e deve ser considerada monumental. Das diversas inovações teóricas promovidas por Keynes, uma se sobressai: a do necessário equilíbrio nas participações do empreendimento privado e do poder público na busca do desenvolvimento. Desde as suas primeiras funções na condição de funcionário graduado do tesouro inglês – a partir da qual, por exemplo, antecipou as dificuldades da Alemanha em cumprir as reparações exigidas pelo Tratado de Versalhes – até a sua maturidade acadêmica, o que ocorreria nas décadas de 1920 e 1930, esse economista inglês foi um dínamo de criatividade. Ademais, situou-se (ideologicamente) em um lugar intermediário entre as críticas sistêmicas marxistas e a positividade conferida pelos liberais neoclássicos ao mercado. Keynes buscou alternativas ao fomento da economia de mercado pregando um intervencionismo seletivo do Estado – e, nessa posição, seu pensamento transformou-se em um divisor de águas.

A narrativa de Nasar sobre as atividades públicas e privadas de Keynes iluminam o contexto europeu da primeira metade do século XX – especialmente, o do entreguerras. Ali, misturam-se ações diplomáticas de Estado com debates acadêmicos – e vão sendo gestados os marcos da *Pax Americana* do pós-Segunda Guerra. Quanto ao ideário de Keynes, vastamente explorado pela autora, sobram ensinamentos sobre a sua tentativa de conciliar medidas fiscais e monetárias para o arrefecimento dos efeitos adversos dos ciclos econômicos – recessão, depressão e *booms*. Se as lições econômicas daquele autor foram vitoriosas a partir dos anos

¹⁰ Para uma erudita resenha da produção acadêmica norte-americana no terceiro quartel do século XX – notadamente, a que se situa nas intersecções da Economia, Administração e Ciências Sociais –, ver Santos (1988), capítulo 3.

1930, obteve sucesso, igualmente, quando viu se consolidar a tese de que a Economia seria o espaço, *par excellence*, da racionalidade social; a administração do conflito distributivo poderia ser encaminhada em termos técnicos. Nasar não afirma, mas sugere: Keynes – que foi um crítico incisivo da política – foi um dos principais responsáveis teóricos pela (complexa e instável) conciliação entre democracia e mercado.

O pensamento de Keynes reinou soberano até o início da década de 1970. Naquele momento, diante de fatores diversos – entre eles, a crise energética derivada da insurgência de países produtores de petróleo –, o grande pacto socialdemocrata que propiciou o Estado de bem-estar no Ocidente desenvolvido foi questionado. Naquele ambiente, alimentadas por robusta produção acadêmica, sobrevieram teses liberais advogadas do produtivismo e de uma hiper-racionalidade sistêmica. A partir de então, clivava-se o mundo público, sobretudo, em face de dois posicionamentos consolidados definitivamente a partir do início dos anos 1990, com a perda de densidade política do marxismo: liberais (e assemelhados) *versus* keynesianos (em suas diversas matizes).

A trajetória intelectual estampada por Nasar limita-se a alcançar, com uma exceção a ser observada adiante, os meados do século XX – e, é evidente, produz importantes reflexos sobre o tempo contemporâneo. Nesse entremeio, são comentadas as edificações intelectuais de Joan Robinson (1903-1983), Milton Friedman (1912-2006) – que era keynesiano nos primórdios de sua vida acadêmica – e de Paul Samuelson (1915-2009), todos com salientes contribuições à Ciência Econômica. No entanto, é nos capítulos finais de *A imaginação econômica*, quando a autora analisa o pensamento de Amartya Sen (1933-), vencedor do Prêmio Nobel em 1998, que se encontra a maior beleza do texto. E, não por acaso, diante da proposição deste genial indiano de restaurar a “dimensão ética na discussão dos problemas econômicos” (NASAR, 2012: 480), retomam-se algumas das raízes filosóficas da Economia no reencontro de sua dimensão social: a liberdade é um alimento para a vida.

A leitura de *A imaginação econômica* é obrigatória para todos aqueles que reconhecem que a complexidade da interação social pode ser organizada – racionalmente disciplinada, portanto – pelo veio de suas motivações materiais. Contudo, quando se auscultam formações sociais, impõe-se a dilemática fronteira entre os interesses (supostamente calculáveis) e os valores (efetivamente imponderáveis). Constata-se, dessa

forma, na obra, o apoio ao enfrentamento a uma impossibilidade decorrente do *agon* humano: continuaremos incrementando a nossa capacidade de compreender o mundo social e de nele intervir, mas não parece haver sinais alentadores de que conseguiremos conduzi-lo à plena harmonia.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. *Etapas do pensamento sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BON, Frédéric. Édouard Bernstein. In: CHATELET et al. (org.) *Dicionário de obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 123-130.
- CARNEIRO, Ricardo (org.). *Os clássicos da Economia*. 2 vol. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- FOX, Justin. *How the dismal science stopped being dismal*. (Review). Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/10/09/books/review/grand-pursuit-by-sylvia-nasar-book-review.html?_r=1&pagewanted=print>. Acesso em: 30 nov. 2012.
- HAYEK, Friedrich August Von. *The constitution of liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- _____. *Law, legislation and liberty*. A new statement of the liberal principles of justice and political economy – vol. I: rules and order. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.
- _____. La competencia como procedimiento de descubrimiento. In: _____. *Nuevos estudios en Filosofía, Política, Economía e historia de las ideas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1981.
- _____. *The road to serfdom*. 3. ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- KEYNES, John Maynard. O fim do *laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984, p. 106-126. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- OLSON JR., Mancur. *The logic of collective action*. Public goods and the Theory of Groups. New York: Schocken Books, 1968.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas Ciências Sociais*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1987.
- WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*. Escritores e atores da História. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.